

A APRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI 11.645/2008

THE PRESENTATION OF THE INDIGENOUS IN THE TEXTBOOK OF THE FIRST YEAR OF HIGH SCHOOL FROM THE LAW 11.645/2008

Cleyson Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

Na atualidade o estudo sobre a temática da história e cultura indígena tem despertado o interesse de muitos estudiosos, assim estudar como o assunto vem sendo abordado nos livros didáticos tem se demonstrado de grande relevância, sobretudo, após a Lei 11.639, sancionada no dia 10 de março de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio públicos e privados. Portanto, para que essa lei tenha efeito satisfatório é preciso que a rede de Ensino Básico disponha de materiais de qualidade. Neste sentido, estudar o livro didático do primeiro ano do Ensino Médio é primordial na compreensão de como este material vem abordando esses temas sensíveis de fundamental importância para a sociedade brasileira. O referencial teórico que fundamentou este estudo está ancorado nos principais estudiosos tanto do livro didático, como Circe Bittencourt (2011), como os que tratam da temática indígena, entre outros podemos destacar, Luis Donisete Benzi Grupioni (1996), Yolanda Lhullier dos Santos (2000). Neste estudo, resultou em buscar refletir como as representações das diversas etnias indígenas estão abordadas no livro didático, considerando assuntos que pouco avançam ao abordarem a temática indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Ensino. História. Indígena.

ABSTRACT

Currently, the study on the theme of indigenous history and culture has aroused the interest of many scholars, so studying how the subject has been addressed in textbooks has proved to be of great relevance, especially after Law 11,639, sanctioned on 10 March 2008, which provides for the obligation to study indigenous history and culture in public and private primary and secondary schools. Therefore, for this law to have a satisfactory effect, the Basic Education network must have quality materials. In this sense, studying the textbook of the first year of high school is essential in understanding how this material has been addressing these sensitive issues of fundamental importance for Brazilian society. The theoretical framework that founded this study is anchored in the main scholars of both the textbook, such as Circe Bittencourt (2011), as well as those dealing with the indigenous theme, among others we can highlight, Luis Donisete Benzi Grupioni (1996), Yolanda Lhullier dos Santos (2000). In this study, it resulted in seeking to reflect how the representation of the various indigenous ethnicities are addressed in the textbook, considering subjects that make little progress when addressing the indigenous theme.

KEYWORDS: Textbook. Teaching. Story. Indigenous.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), professor da Educação Básica vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEE). E-mail: cleysonr1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na busca de compreender como está inserida a Lei 11.645/2008 no campo do ensino e alterou a Lei 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional fixando ao currículo oficial da rede pública e privada de ensino a obrigatoriedade do estudo da temática da história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta procurou estudar os aspectos relacionados à história e cultura afro-indígena no livro didático de História. Uma vez em que os professores, na base do sistema de ensino, têm por obrigação abordar estas temáticas em suas aulas de forma clara e objetiva. Assim entendo a importância do material didático e a preocupação de docentes em suas aulas desenvolverem o assunto com maior clareza.

Vale ressaltar que o livro didático ao surgir como um complemento às obras clássicas para facilitar o processo de alfabetização e a divulgação das áreas do saber, foi introduzido no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas (1938). Desta forma, o livro didático torna-se material indispensável na construção do saber pela sua abrangência e, utilizado por alunos do Ensino Básico como referencial de informação, aqui é pensado na sua importância e complexidade que este estudo tem por objetivo a análise do livro didático de História do primeiro ano do Ensino Médio da rede estadual de ensino de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Porquanto vale destacar que este artigo é resultado de uma atividade acadêmica desenvolvida durante a realização da disciplina Pesquisa Histórica II, turma noturna 2015, oferecida pelo Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Acre, ministrada pela professora Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha.

É importante salientar que no que se refere à Lei 11.645/2008, este estudo trata da questão relacionada à história e cultura indígena, não abordando os aspectos da história e cultura africana e afro-brasileira, contudo, optou-se por estudar, neste trabalho, somente o aspecto específico, indígena, por uma questão de delimitação de tema.

Muitos aspectos da formação da sociedade brasileira precisam ser estudados sem as amarras do preconceito, um destes aspectos diz respeito às diversas culturas que contribuíram para a sua formação. A cultura indígena tem sido silenciada ao longo da História do Brasil, por muitos anos os indígenas viram a sua História ser escrita a partir da concepção de outras pessoas, sendo em muitos momentos tratados como ingênuos, selvagens, etc., tendo a sua imagem distorcida da realidade.

Com a aprovação da Lei 11.645/2008, se abre uma possibilidade de que muitas questões sejam estudadas com maior clareza. O livro didático é material essencial nessa construção do saber, existem vários fatores políticos e ideológicos que influenciam na sua elaboração, desta forma nos resta estudá-lo com bastante atenção, para que possamos compreender os aspectos que os compõem, assim não se comete o equívoco de silenciar certos grupos étnicos que, na maioria das vezes, passam despercebidos ao olhar do professor.

A Lei 11.645/2008, sancionada em março de 2008 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, tanto no Ensino Fundamental e Médio da rede pública, quanto da rede particular de ensino de todo o país.

Desta forma, torna-se importante considerar as implicações das comunidades indígenas da Amazônia sul-ocidental, uma vez que no Estado do Acre encontramos uma grande variedade de etnias indígenas, totalizando dezesseis identificadas e mais duas não identificadas, vivendo numa região da fronteira do Brasil/Acre com o Peru.

A participação dos povos nativos foi fundamental no processo de formação do nosso país, pois eles dispunham de um vasto conhecimento da região, tanto das técnicas de cultivo como dos remédios a partir das plantas. Contudo esse processo não se deu de forma harmoniosa, houve vários extermínios, mas também resistência por parte dos indígenas. Desse processo ocorreu a formação da cultura brasileira, na qual vários aspectos da cultura indígena foram incorporados, tornando-a rica e diversificada, mas pouco conhecida pela sociedade, gerando desrespeitos e preconceitos em relação aos povos indígenas.

Verifica-se que a compreensão dos alunos da rede de Ensino Básico em geral é muito deficiente em relação à história dos povos indígenas da região. Em sua grande maioria desconhecem totalmente os aspectos da sua cultura, e sua história. Ou ainda, conhece uma história do índio romantizado, contada a partir do olhar do colonizador, que o transforma em um ser inocente e ingênuo.

Faz-se necessário conhecer para respeitar, por isso a Lei 11.645 busca possibilitar aos alunos da Educação Básica que conheçam melhor os aspectos da cultura que formam a História do Brasil. Estudar a cultura indígena é fazer com que a sociedade conheça a sua própria história cultural e crie o senso de respeito e preservação de uma cultura que é de extrema complexidade e que sofre muitos preconceitos. Ainda é comum defender que os indígenas não podem se apropriar da cultura letrada, alguns preconceituosos dizem que isto lhes tira a identidade.

É de suma importância que os professores busquem trabalhar a temática indígena em todo o decorrer do currículo e não somente em datas comemorativas, como no dia 19 de abril, procurando salientar a participação dos indígenas em todos os momentos da História do Brasil.

Para tanto, esta pesquisa analisa como os livros didáticos do Ensino Médio têm abordado a temática, compreendendo que o livro é um instrumento de suma importância no trabalho de ensino aprendizagem que envolve o professor e aluno. Assim afirma Bittencourt “o livro didático possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado” (BITTENCOURT, 2011, p. 300). Vários são os estudiosos que têm buscado compreender de forma mais aprofundada as características que compõem os livros didáticos, no entanto, não tem sido tarefa fácil, “trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (BITTENCOURT, 2011 p. 301).

2 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático de história trabalha os aspectos da nossa memória cultural, material quanto imaterial nos levando a uma análise do tratamento empregado a determinados segmentos que compõem a nossa sociedade, como os povos indígenas. De modo que, como afirma Rocha (1988, p. 9), “estes livros têm importância fundamental na formação de uma imagem do índio, pois são lidos, mais ainda, estudados por milhões de alunos pré-universitários nos mais diversos recantos do país”.

Identificando como os conteúdos estão organizados no livro didático e se essas representações contribuem ou não para uma imagem preconceituosa em relação aos indígenas. Sendo o livro didático um dos instrumentos mais utilizados no trabalho da educação escolar e que há muito tempo tem sido alvo de vários estudos, mais propriamente os de História na busca de maior compreensão dos meios pelos quais têm sido elaborados.

Desta forma, é possível identificar os silêncios e, conseqüentemente, se existe o silenciamento da história e cultura indígena nesse material de extrema importância para milhares de alunos das escolas públicas de Rio Branco.

Como afirma Circe Bittencourt (2011), “esse material tem sido investigado sob diversos ângulos em diferentes países” (p. 303), em razão da sua complexidade, particularmente no ensino de história, por “desempenhar um papel efetivo no processo educativo, como

instrumento de trabalho de professores e alunos” (BITTENCOURT, 2011 p. 301). Nesse sentido, é importante entrever na abordagem dos conteúdos explicativos ou imagéticos acerca da temática indígena contidos no livro didático, uma vez que “o livro se torna um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares” (BITTENCOURT, 2011 p. 302).

É importante perceber a concepção de conhecimento expressa no livro; ou seja, além de sua capacidade de transmitir determinado acontecimento deve ser apreendido. O conjunto de atividades contidas em cada parte ou capítulo fornece as pistas para avaliar a qualidade do texto no que se refere às possibilidades de apreensão do conteúdo pelos estudantes (BITTENCOURT, 2011, p. 315).

Diante de toda essa complexidade e dimensão do livro didático, a autora nos chama atenção para a necessidade de avaliar a qualidade dos textos contidos nos livros didáticos por meio dos conjuntos de atividades. Esta pesquisa estuda esse material enfocando a abordagem da questão indígena apresentada no livro didático do primeiro ano do Ensino Médio, compreendendo que esta temática foi incorporada a partir do ano de 2008, por força da Lei 11.645. Desta maneira, afirma Bittencourt (2011), “as pesquisas sobre a produção didática de História contribuem, dessa forma, para um aprofundamento sobre a concepção de livro didático e seu papel na vida escolar”.

Além dos autores já citados, o uso de outras pesquisas voltadas a essa temática, bem como Magalhães (2000), que aborda o “índio brasileiro no livro didático”, citamos da mesma forma “Olhares que fazem a ‘diferença’: o índio nos livros didáticos e outros artefatos culturais” produzido por Oliveira (2002), fizemos uso do trabalho de Grupioni (1996) “Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos”; Recorremos da mesma forma ao livro “Imagem do índio: o selvagem americano na visão do homem branco” Santos (2000).

Santos (2000) refletindo sobre a imagem do indígena durante a chegada dos europeus ao continente americano, diz que eles fazem vários relatos das paisagens, dos animais e dos povos que habitavam na região, “representavam uma posição múltipla já que, além de oferecer a descrição de uma realidade, tornam-se documentos estratégicos. Através deles, era feita a confirmação da posse da terra, a descrição e a nomenclatura das regiões descobertas” (SANTOS, 2000, p. 12). Relatos de pensamento tipicamente ocidental que, segundo a autora, serviu para criar o “conceito do bom selvagem” (SANTOS, 2000 p. 14), desta forma foram criados a imagem do indígena como um ser animalesco, que vivia nu, criando no imaginário europeu o conceito de inferioridade. Assim como afirma Amaral (2012):



Essa relação de enfrentamento, ou de possíveis assimilações de um lado e de outro, fizeram com que a figura do “selvagem” ou “não civilizado” ao mesmo tempo causasse tanto uma espécie de encantamento, medo e desconfiança por parte dos brancos, como também originasse um intenso anseio em trazê-lo para dentro da civilização, seja no instante em que ele é forçadamente convertido à religião, língua e costumes dos europeus, como também quando ele foi escravizado e obrigado a produzir numa escala absurda para alimentar o mercado e a sede de riquezas dos seus ditos senhores (AMARAL, 2012, p. 95).

Para analisarmos o livro didático pelo prisma da história e cultura indígena é necessário que tenhamos uma consciência mais aprofundada do papel do índio no processo de construção da História deixando o preconceito. É preciso ir além da consciência histórica oficial que foi criada e prevaleceu por muito tempo em nosso imaginário, e mais uma vez Amaral (2012) nos diz que

pensar no tema da “História Indígena” requer instantaneamente uma reflexão sobre o lugar do índio na História, como sujeito ativo e participante do processo histórico, e não apenas um personagem passivo que quando não aceita de bom grado a sua integração ao mundo dos ‘civilizados’ é posto como um entrave a ser superado no desenvolvimento do “progresso”. (AMARAL, 2012, p. 95).

Ao analisarmos o trabalho de Grupioni (1996), percebemos a sua preocupação com a forma que o livro didático trata a questão indígena, quando o índio é colocado na forma de ser primitivo “isto pode levar os alunos a concluir pela não contemporaneidade dos índios, uma vez que estes são quase sempre apresentados no passado e pensados a partir de paradigmas evolucionistas” (GRUPIONI, 1996, p. 429), assim coloca o homem europeu como sociedade mais desenvolvida e os indígenas na gênese da evolução da humanidade. Lima (2012, p. 108) nos alerta para o fato de que “muitos livros didáticos e peças da grande imprensa que se remetem ao índio sempre no passado, dizendo como os índios eram, faziam, viviam. Não. Os índios não são sujeitos do passado que não existem mais; eles são sujeitos que existem no presente”.

Oliveira (2002) nos chama atenção para a variedade de artefatos culturais que reproduzem a imagem do índio “e os discursos que circulam nessas produções se tramam numa rede, inventando conceitos, produzindo identidades” (OLIVEIRA, 2002 p. 25). Assim o trabalho dos docentes no uso do livro didático precisa ser realizado com total responsabilidade, compreendendo que este material se trata do resultado de um “conjunto de práticas discursivas estabelecidas socialmente e, portanto, a partir das relações de poder que, por sua vez, possibilitam a quem tem mais força atribuírem aos ‘outros’ seus significados” (OLIVEIRA, 2002 p. 25). Essa afirmativa é exemplificada no trabalho de Magalhães quando diz que “apesar

das propostas de diferentes abordagens, os índios são analisados em momentos idênticos, privilegiando-se os marcos dos europeus em detrimento de possíveis marcos indígenas” (MAGALHÃES, 2000, p. 83). Além do mais, “esta abordagem varia de um autor para a outro (...), os nativos seriam mais lembrados nos livros que tendem ao marxismo, onde podemos encontrar discussões acerca de sua exploração e não passividade frente às agressividades dos colonos” (MAGALHÃES, 2000, p. 83).

Diante de todas essas questões, busca-se estudar os livros didáticos, a fim de compreender as diferentes formas de abordagens da temática indígena, presente nestas obras de extrema importância para a formação de milhares de alunos da Educação Básica. Contudo, nos resta refletirmos sobre o conceito de história indígena que, segundo Lima (2012, p. 109), “pode-se definir a história indígena como o estudo das sociedades ao longo do tempo na perspectiva dos próprios povos indígenas, com base nos testemunhos, ou seja, em fontes de memória, e lembranças”. É preciso nos baseamos em uma história crítica a fim de compreendermos as nuances que perpassam a construção da história indígena que não necessariamente se utiliza dos mesmos mecanismos da construção da história eurocêntrica, como documentos escritos. “Para as sociedades indígenas a memória e a construção da História passam por outras dimensões, incluindo a natureza e o sobrenatural” (LIMA, 2012, p. 109). É necessário nos desvincularmos dos nossos preconceitos para que possamos compreender o “outro”, de maneira que

é preciso ensinar aos não índios a perceberem seus preconceitos e a entenderem como os índios pensam também [...] para contribuir na contra hegemonia ao bombardeio da mídia e dos materiais didáticos que veem o índio apenas no passado, como inferior, como incivilizado, como a-histórico (LIMA, 2012, p. 113).

Portanto precisamos analisar o discurso que cria um imaginário errôneo do índio nos livros didáticos. A fim de combatermos os preconceitos, não podemos aceitar que a história destes personagens fundamentais na constituição da sociedade brasileira continue a ser negligenciada, justamente nos lugares de construção do conhecimento, assim contribuiremos para a efetivação de uma sociedade consciente da sua história, logo mais tolerante.

O método desenvolvido durante este trabalho envolveu leitura sistemática das obras que tratam da importância do livro didático, como exemplo o livro: “Ensino de história: fundamentos e métodos”, de Circe Bittencourt (2011), e de literaturas que tratam da questão indígena, como: “Imagem do Índio: o selvagem americano na visão do homem branco”, de Yolanda Lhullier dos Santos (2000), entre outras obras, com artigos científicos, a fim de obter



uma base teórica sobre a importância do livro didático no trabalho do professor e aluno, com ênfase a abordagem da temática indígena, para que posteriormente se pudesse fazer uma análise minuciosa do livro didático de história do primeiro ano do Ensino Médio.

Pelo fato de o objeto da presente pesquisa ser algo extremamente complexo, o direcionamento do olhar do pesquisador esteve em todos os momentos voltado para a temática indígena, se atendo aos aspectos de como o índio está representado no livro didático, se existe silenciamento da sua história e se a maneira que a temática indígena está sendo abordada contribuiu para uma compreensão da sua cultura superando o preconceito, desta maneira a presente pesquisa não contempla os outros aspectos que compõem a obra.

3 LIVRO DIDÁTICO EM ANÁLISE

A obra em análise é o livro didático do primeiro ano do Ensino Médio, da coleção História 1: da hominização à colonização, rumo à conexão dos continentes, PNLD 2016. Nessa obra, observou-se que na sua capa ilustrada por uma imagem, há uma jovem indígena do grupo Barasano e Tuyuka, localizada na aldeia Rouxinol, Igarapé Tarumã-Açu, Manaus-AM, fotografia registrada por Fabio Colombini, em 2008, gerou expectativa de como a temática da história e cultura indígena estava apresentada ao longo da obra.

A presente obra está organizada em seis unidades e dezoito capítulos, destes pode-se destacar o capítulo nove que trata das sociedades e impérios ameríndios o qual aborda a chegada dos colonizadores espanhóis na América. Contudo os autores demonstram um tratamento seletivo ao estudarem o assunto, percebe-se que neste momento é dado mais ênfase aos povos ameríndios e andinos, ou seja, Incas, Maias e Astecas. Esta forma de esboçar o assunto demonstra uma visão de sociedade eurocêntrica, busca explicar o outro a partir de seus valores e conceitos, assim valorizam a cultura desses povos, pois eles tinham certa organização social que os colonizadores consideravam próximas das civilizadas, possuíam um governo bem definido.

Porém no mesmo capítulo, no subtítulo três, “Maloca: a sociedade dos povos tupis”, os autores somente abordaram os aspectos no qual a cultura dos Tupinambás se distancia do “homem civilizado”, em vários momentos os caracteriza como selvagens, não relata a sua organização social, expõem somente os aspectos pejorativos, quando se referem a sua cultura mencionam a maneira de guerrear, em que os mesmos não guerreavam por territórios e sim para fazer prisioneiros que depois seriam executados em uma cerimônia tribal.

Esta maneira de abordar a cultura Tupinambá mostra que somente eram povos canibais, que realizavam cerimônias antropofágicas, assim, contribui-se para uma visão preconceituosa em relação a determinados povos indígenas gerando discriminação. Desta forma o livro didático não contribui para a construção crítica da cultura indígena como parte essencial da cultura brasileira.

Outro capítulo que trata da cultura indígena é o número onze, “Expansão marítima: em busca de riquezas”, mas na sua primeira página já deixa claro uma abordagem do prisma do colonizador, quando traz em tom de curiosidade o nome do clube brasileiro de Regatas Vasco da Gama, fundado em 1898, no Rio de Janeiro. Os autores fazem menção ao navegador português Vasco da Gama, com o sentido de homenagear o passado glorioso de Portugal. Ao longo de grande parte do capítulo que trata da conquista do “Novo Mundo”, a história e cultura indígena são silenciadas, os nativos sequer são mencionados, a sessão que se tem ao estudar tal material é de que os indígenas não existiam na América naquele momento.

No subtítulo seis “Massacres e cumplicidades: a conquista espanhola” é abordada a conquista da América pelos espanhóis dando ênfase à superioridade militar e as divisões políticas existentes entre os astecas, o que foi decisivo para a vitória dos espanhóis. Assim, o conteúdo está repleto de informes sobre os conquistadores trazendo informações sobre a trajetória de vida desses homens, contudo, o agente histórico indígena é silenciado em todos os seus feitos.

No capítulo dezesseis, o livro aborda a temática indígena somente quando fala da mão de obra utilizada nos engenhos no início da produção do açúcar no Brasil, o qual faz referência à escravização dos indígenas, porém o tema é tratado de forma superficial, não demonstrando os males trazidos pelos colonizadores, da maneira que é apresentado leva-nos a compreender que a escravidão indígena era natural.

O capítulo em que é abordada de forma mais contundente os aspectos do início da colonização do Brasil é o dezessete, “A colonização na América portuguesa”, porém observa-se que os indígenas são tratados como meros telespectadores, não são representados como agentes da história. Na primeira página vem ilustrada a Primeira Missa no Brasil, pintura de Victor Meirelles, 1860. Nessa obra, os indígenas são retratados somente como ouvintes que estão no local, mas que não participam efetivamente do evento. Alguns são retratados de forma animalésca, em cima de árvores, representando uma imagem de incivilizados.

Ao abordar a extração do pau-brasil pelos portugueses, trata os índios como ingênuos, pois se refere aos mesmos a partir do escambo, que era praticado pelos portugueses, prática por

meio da qual os indígenas eram enganados com objetos ínfimos, de nenhum valor para os portugueses, e em troca entregavam toda a sua riqueza. Neste contexto, os indígenas eram usados com mão de obra na extração do pau-brasil.

No decorrer do capítulo dezessete, a História do Brasil é retratada somente a partir do olhar do colonizador, não existe uma abordagem mais profunda sobre a cultura dos diversos povos indígenas que fazem parte desse momento tão importante da nossa História.

Os alunos da Educação Básica ao estudar utilizando como suporte de informação esse livro didático não podem construir um conhecimento livre de preconceitos em relação à história indígena, já que a cultura desses povos não é estudada de maneira que esclareça os seus diferentes aspectos. O que se subentende é que os povos indígenas são “coisas” do passado, e que estão extintos, levando os alunos a não compreenderem a contemporaneidade desses povos, gerando preconceito com relação ao seu modo de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história e cultura indígena é muito importante, pois é parte integrante da formação da cultura brasileira, onde diversos grupos de diferentes etnias coabitam em um mesmo lugar, essa convivência muitas vezes pode ser de forma preconceituosa, racista, excludente, etc. O estudo de aspectos dessas diferentes culturas se faz cada vez mais necessário para que se possam propor medidas que possibilitem uma correlação dessas diferentes culturas de forma dialogada, pautada no respeito aos diversos costumes que os norteiam.

Para tanto é necessário que a educação se mostre como prática social, fazendo com que os alunos compreendam que os aspectos da sua cultura são valorizados, mas que também é preciso valorizar os da cultura do “outro”. O livro didático é de extrema relevância nesse sentido, sendo o material que milhares de alunos e professores têm como fonte de informação na construção do saber. Desse modo, analisar e compreender como o livro didático aborda a história e cultura indígena é contribuir para que cada vez mais possamos melhorar a sua elaboração para que os alunos e professores da Educação Básica possa se servir de um material que lhes traga uma compreensão melhor da história e do modo de vida destes povos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e tolerante.

Contudo o presente trabalho não tem a pretensão aqui de exaurir o assunto e sim despertar o interesse de outros estudiosos, entendendo que todos têm algo a contribuir neste processo de construção do conhecimento, além de possibilitar a construção de uma sociedade

mais justa. Fato este que parte da prática educacional feita por profissionais capacitados que se utilize de material adequado para a sua prática docente. É de suma importância que os professores compreendam as peculiaridades que compõem o livro didático que utilizam para que possam realizar a crítica necessária durante a execução do seu trabalho com os alunos, despertando a concepção de respeito mútuo e tolerância com o outro.

É necessário conhecer para respeitar, para tanto, torna-se necessário desvencilhar dos estereótipos criados ao longo da História, carregados de preconceitos que levaram a sociedade “civilizada” a desvalorizar a cultura indígena. Cultura essa que está na gênese da formação da sociedade brasileira e que não podemos de forma nenhuma negar a sua validade. Assim contribuir para que se construa uma sociedade onde a equidade seja a base do direito de todos, considerando as necessidades de cada povo de acordo com suas particularidades, criando mecanismos que contribuam para que ocorra o respeito e a valorização da cultura do “outro”, compreendendo que isso não traz prejuízo para a sua cultura. Portanto através do conhecimento se constrói o respeito ao outro e isso se consegue através da educação, sendo esta entendida como prática social possibilitando a emancipação dos indivíduos. Assim estudar os materiais que são instrumentos de trabalho dos professores da Educação Básica, como o livro didático, é procurar contribuir para a melhoria no sentido da qualidade desse material.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Fernando Rosa do. A história indígena na perspectiva de luta dos povos indígenas: Ailton Krenak e o “eterno retorno do encontro”. In: LIMA, Pablo (org.). **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG**. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2012. p. 93-103.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Casa Civil. Lei 11.645 de 12 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/96, modificada pela Lei nº 10.639, de 9/01/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1. Acesso em 07 jul. 2018.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 77, n. 189, p. 409-437, maio/ago. 1996.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. História indígena e história crítica. *In*: LIMA, Pablo Luiz de Oliveira (org.). **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG**. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2012. p. 106-113.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. O índio brasileiro no livro didático. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 73-89, out. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12391/10835>. Acesso em: 14 jul. 2018.

OLIVEIRA, Teresinha Silva de. **Olhares que fazem a diferença: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://bibliospa.org/wpcontent/uploads/2014/05/10br.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Imagem do Índio: o selvagem americano na visão do homem branco**. São Paulo: Ibrasa, 2000.

VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História – da hominização à colonização: rumo à conexão dos continentes**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

Enviado em: 14/07/2020
Aprovado em: 18/03/2021